



# *Câmara Municipal de Nova Venécia*

## *Estado do Espírito Santo*

### **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO – RELUCI**

**EMITENTE:** Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Venécia – Estado do Espírito Santo

**UNIDADE GESTORA:** Poder Legislativo do Município de Nova Venécia - Estado do Espírito Santo

**GESTOR RESPONSÁVEL:** Vanderlei Bastos Gonçalves

**EXERCÍCIO:** 2022

## **1 RELATÓRIO**

### **1.1 Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade Central de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão.

A elaboração do RELUCI seguiu as orientações propostas pela SECONT - Norma de Procedimento do Sistema de Controle Interno (SCI) nº 003 - ficando a cargo da Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES a escolha dos pontos de controle a serem analisados, conforme Tabela Referencial 1 da Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise conforme o Plano de Ação aprovado para 2022, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final o nosso parecer conclusivo.



## Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

### 1.2 Pontos analisados conforme previstos no Plano de Ação para 2022

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada (TA)
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho	6 12 24 30 36 42 48 54 60 78 84 96 102 108 114 120 126 38 144 150 156 162 168 174 180 186 198 204 210 216 222 228 234 240 246 252 258 264 270 276 282 294 300 306 312 318 324 330 336 342 348 354 360 366 372 378 384 390 396 402 408 420 426 432 444 450 456 462 468 468 480 486 492 498 504 516 522 528 534 540 546 552 558	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	559 processos	83 processos. As amostras foram selecionadas com base em procedimento estatístico (MUS – Amostragem por Unidades Monetárias), considerando-se Risco de Detecção/Risco de Auditoria de 15% . O intervalo da amostra foi definido pela quantidade total de itens da população (P) pelo tamanho da amostra (TA), resultado na 6ª posição (6°, 12°, 18°...) com exclusão dos empenhos cancelados
<b>Constatações e proposições:</b> Sem inconsistência. Todos os empenhos analisados foram realizados antes da ordem de fornecimento e emitido montante suficiente para cobrir as despesas de exercício corrente.						
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativo s analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - Despesas Previdenciárias Patronais	52 53 118 119 165 166 262 263 334 335 396 471 472 536 537 590 648 731 732	CF/88, art. 40.  LRF, art. 69.  Lei 9.717/1998 Art. 1º e Lei 8.212/1991	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência	19 processos	19 - Seleção de todos os itens (exame de 100%): por se tratar de população constituída por uma pequena quantidade de processos de itens de valor alto.
<b>Constatações e proposições:</b> Sem inconsistência. Todos os encargos foram registrados mensalmente na ocorrência do fato (Regime de Competência), reconhecidos nas demonstrações contábeis nos períodos a que se referem e sem variações relevantes os saldos mensais.						
<b>NOTA -</b> A Câmara Municipal de Nova Venécia-ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.						



## *Câmara Municipal de Nova Venécia* *Estado do Espírito Santo*

1.3. Gestão Patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Relatórios analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário	BALVER; INVALMO; TERALM; INVMOVS; TERMOV; INVIMOV; INVINTN; TERINT.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em estoque.  Bens móveis.  Bens imóveis.  Intangíveis	100%
<b>Constatações e proposições:</b> Sem inconsistência. Todos os bens estão registrados no sistema de patrimônio e seus saldos são compatíveis com as demonstrações contábeis.						
1.3.4	Disponibilidade financeiras - depósito e aplicação.	- BALVER - Extratos Bancários. - Termo de Verificação de Disponibilidade	Lei 4.320/1964 – Arts 94 a 96	Conformidade: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	03 Contas Bancárias.	100%
<b>Constatações e proposições:</b> Sem Inconsistência. Em análise do Termo de Verificação da Disponibilidade Financeira em consonância com os extratos bancários verificou-se que o saldo bancário em dezembro de 2022 foi de R\$ 1.857.904,81 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quatro reais, oitenta e um centavos) e saldo na contabilidade de R\$ 1.855.990,01 (um milhão, oitocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa reais, um centavo).  A diferença constatada de R\$ 1.914,80 (um mil, novecentos e quatorze reais, oitenta centavos) refere-se aos valores creditados pela contabilidade e não debitado pelo Banco, nas seguintes situações: R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais) DOC compensado em dezembro de 2022 para pagamento da empresa Master Automotores Eireli e estornado no início do exercício seguinte, sendo substituído pelo pagamento através do cheque debitado em 06/01/2023 e R\$ 64,80 (sessenta e quatro reais, oitenta centavos) referente ao pagamento de DARF Ministério da Fazenda. Os pagamentos que não foram compensados no exercício foram evidenciados nos relatórios contábeis e de conciliação bancária.						



## Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

1.4. Limites constitucionais e legais						
1.4.13. Despesas com pessoal – Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Relatórios analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	1- Relatório – total das despesas empenhadas com a folha de pagamento dos servidores; 2 – Relatório do duodécimo recebido no ano 3 - Relatório – total das despesas empenhadas com subsídio dos vereadores.	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º	Conformidade - Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da CMNV não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício	Receitas Duodécimo: R\$ 7.338.357,00 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais)  Gastos com pessoal: R\$ 3.978.744,14 (três milhões, novecentos e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais, quatorze centavos).	12 meses
<b>Constatações e proposições:</b> Sem inconsistência. Considerando o duodécimo recebido no exercício de 2022 e verificando a participação da folha de pagamento no total da receita transferida pelo município à Câmara Municipal constatou-se que o gasto com a folha de pessoal incluindo os subsídios dos vereadores foi equivalente ao percentual de 54%, valor abaixo do permitido que é de 70% de sua receita com folha de pagamento incluído subsídios de vereadores						
1.4.17. Despesas com pessoal — Subsídios dos Vereadores - fixação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Relatórios analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos Vereadores - fixação	Relatório total das despesas com subsídios dos Vereadores.  Relatório de estimativa da população de Nova Venécia – IBGE  Verificação do Subsídios dos Deputados Estaduais à época da fixação dos Vereadores da Câmara Municipal de Nova Venécia	CRFB/88, art. 29, inciso VI, alínea “c”  Lei Estadual nº 9.612 de 29 de dezembro de 2010	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislação para outra.	12 meses	12 meses
<b>Constatações e proposições:</b> Sem inconsistência. No ano de 2022 não houve fixação de subsídios dos Vereadores. Considerando que a estimativa da população residente no Município de Nova Venécia, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, data da fixação do subsídio, foi de 46.031 (quarenta e seis mil, trinta e um) habitantes, o subsídio dos vereadores da CMNV deveria ser limitado a, no máximo, 30% (trinta por cento) do subsídio dos deputados estaduais, conforme disposto na alínea “b” do inciso VI do artigo 29 do texto constitucional.  A Lei Municipal nº 3.173/2012, publicada em 06 de junho de 2012, fixou o subsídio dos vereadores do Município de Nova Venécia para a legislatura do quadriênio 2013 a 2016 em R\$ R\$ 4.965,00 (quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais). À data da fixação do subsídio dos vereadores, o valor do subsídio dos deputados estaduais, fixado pela Lei Estadual nº 9.612 de 29 de dezembro de 2010 era de R\$ 20.042,34 (vinte mil quarenta e dois reais, trinta e quatro centavos).  Dessa forma, o subsídio base dos vereadores do Município de Nova Venécia, correspondeu à época da fixação, 24,77% do subsídio dos deputados estaduais, ficando abaixo do limite máximo de 30%, estabelecido pela Constituição Federal.						



## *Câmara Municipal de Nova Venécia*

### *Estado do Espírito Santo*

<b>1.4.18. Despesas com pessoal – Subsídios dos Vereadores - pagamento</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Relatórios analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos Vereadores - Pagamento	Relatório total das despesas com subsídios dos Vereadores.  Relatório de estimativa da população de Nova Venécia – IBGE  Verificação do Subsídios dos Deputados Estaduais à época da fixação dos Vereadores da Câmara Municipal de Nova Venécia	CRFB/88, art. 29, inciso VI, alínea “c”	Avaliar se o pagamento dos subsídios dos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88,	Subsídios dos Vereadores no ano de 2022 – R\$ 853.625,84 (oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais, oitenta e quatro centavos)	12 meses
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. Considerando que a população de Nova Venécia no ultimo senso do IBGE foi superior a 50.001, aplicando-se as regras CRFB/88, art. 29, inciso VI, alínea “c”, “ <i>em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores deverá corresponder a 40% do subsídio dos Deputados Estaduais</i> ”. Para o ano de 2022 o valor pago encontra-se dentro do limite permitido à Câmara Municipal de Nova Venécia/ES.						
<b>1.4.19 – Despesas com pessoal – remuneração dos vereadores</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Relatórios analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração Vereadores	Empenhos - Pagamento subsídios  Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 6º Bimestre	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total das despesas com a remuneração dos vereadores ultrapassou o montante de 5% da receita do município	Subsídios dos Vereadores no ano de 2022 – R\$ 853.625,84 (oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais, oitenta e quatro centavos)  Receita do município de Nova Venécia/ES = R\$ 214.913.013,21 (duzentos e quatorze milhões, novecentos e treze mil, treze reais, vinte e um centavos)	12 meses
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. Obedeceu ao percentual permitido à Câmara Municipal de Nova Venécia/ES.						



## Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

1.5. Demais atos de Gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCES. Checklist	Rol de documentos exigidos pela IN n° 68/2020 anexo III Documentos listados no PCA	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III - 2.4 - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Análise dos documentos integrantes da PCA se estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Todo o universo do controle	Todo o universo do controle
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. Todos os documentos da PCA estão de acordo com as exigências contidas na respectiva IN TC-ES n° 68/2020.						

2. Itens de abordagem complementar						
2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Relatório Anual de Conformidade Contábil (RACC)	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSPC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Todos os relatórios	Todos os relatórios
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. Foi demonstrado e atestado pelo responsável a regularidade da escrituração contábil de acordo com as normas e procedimentos legais.						

2.5. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.4	Alíquota de contribuição-Recolhimento	Pagamentos ao INSS Parte Patronal (21%) + parte dos Segurados (Variável, de acordo com a faixa salarial); Relatório dos servidores no ano de 2022	CF/88, art. 40.LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, Arts. 1° e 3° (RPPS)	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais Estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	61 Servidores	Testes de controle de 15% da população total numerados de 01 a 61 por ordem alfabética <b>Resultado:</b> 6 – 48 – 50 – 4 – 38 – 27 – 59 – 49 – 31 Link do resultado: <a href="https://www.sorteio.go.com/pt-br/t/QpE663">https://www.sorteio.go.com/pt-br/t/QpE663</a>
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. As retenções e pagamentos obedeceram a tabela vigente para o ano de 2022.						



## Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

2.6. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2022  Resolução 348/2005, 346/2005 e 420/2019.	CRFB/88, art. 37, inciso V	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	07 (sete) funções gratificadas  15 (quinze) cargos em comissão	07 (sete) funções gratificadas  15 (quinze) cargos em comissão
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. As funções gratificadas foram exercidas exclusivamente por servidores de cargos efetivos e os cargos em comissão foram para exercer funções de direção, chefia e assessoramento.						
2.6. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação	Dispensa: 14 15 16 17 22 64 65 66 67 86 87 88 98 99 100 101 141 182 202 203 204 205 217 218 219 220 296 297 298 302 307 308 349 350 365 366 367 383 384 385 413 423 424 425 442 477 478 479 480 517 532  Inexistência: 336 410 414 474 475 528 529 537	Lei 8.666/93 arts 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações	599 processos de empenho	59 processos
<b>Conclusão da análise:</b> Sem inconsistência. Todos os processos de dispensa e inexistência no ano de 2022 foram realizados nos critérios da Lei 8.666/93 e há nos processos termo de ratificação justificando a escolha do enquadramento e parecer jurídico						

### 1.3 Parecer do Responsável pela Unidade Central de Controle Interno

**1.3.1.** Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Vanderlei Bastos Gonçalves, Chefe do Poder Legislativo do Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2022. Em nossa opinião, com base nos objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1.2 desta manifestação e considerando os exames realizados sobre as amostras, a presente Prestação de Contas encontra-se **REGULAR**.



***Câmara Municipal de Nova Venécia***  
***Estado do Espírito Santo***

Nova Venécia/ES, 28 de março de 2023

Controladora